

O LIVRO QUE DÁ "REZÃO DO ESTADO DO BRASIL" E O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NOS SÉCULOS XVI E XVII

*Maria Berthilde Moura Filha*¹

Entre outros historiadores, Francisco de Adolfo Varnhagen e Hélio Viana, atribuíram a autoria do livro que dá "*Rezão do Estado do Brasil*" ao Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, tendo ele recolhido, provavelmente, também alguns elementos utilizados para execução da cartografia que faz parte da obra, a qual, segundo Jaime Cortesão, foi trabalho de João Teixeira.²

O mesmo surgiu em função de uma ordem dada pelo Rei Filipe II de Portugal a D. Diogo de Menezes, governador geral do Brasil, de 1608 a 1612, para que organizasse um "*Livro do Estado*", apresentando informações detalhadas e dados estatísticos, econômicos, militares e geográficos sobre as capitanias brasileiras. O Regimento passado para o subseqüente governador, Gaspar de Sousa, fazia referência de que aquele Livro não havia sido enviado ao Reino, pelo que ele deveria providenciar a sua fatura.

Especificava o referido Regimento, datado de 31 de Agosto de 1612: "*Eu mandey ao guovernador Dom Dioguo de Menezes que pera bom guoverno do dito estado e pera das cousas delle ter mais inteira noticia mandasse ordenar hum livro no qual se assentassem todas as capitanias delle, declarando se as que são da coroa e as que são de donatarios, com as fortalesas e fortes que cada huma tem, e assy a artelbaria que nellas ha com a declaração necessaria do numero das peças, pezo e nomes de cada*

¹ Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba/Brasil.

² Luís Teixeira iniciou um conhecimento depois seguido por seu filho João Teixeira, e por seu neto João Teixeira Alberraz. A produção desta família estende-se desde os finais do século XVI até à penúltima década do século XVII, estando o Brasil largamente presente neste trabalho. ALEGRIA, Maria Fernanda - Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675). In. *Mare Liberum*. n. 10. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Dez. 1995. p. 189.

huma, as armas, munições que nella ou nos meus almazens ouvesse, gente que tem de ordenança, officiais e ministros com declaração dos ordenados, soldos e despesas ordinarias que se fazem em cada huma das ditas capitancias e assy do que cada huma dellas rende pera minha fazenda, pondo se ao dito livro titolo de livro do estado, o qual tivesse em seu poder e fosse reformando nelle cada anno o que se mudasse, alterasse, acrescentasse ou deminuisse nas ditas capitancias (...)".³

No entanto, após o despacho do Regimento de Gaspar de Sousa, teria chegado à Portugal, Diogo de Campos Moreno, munido com as informações necessárias para escrevê-lo, o que provavelmente fez, entre 1612 e 1613, antes de regressar para o Brasil no ano seguinte, onde foi participar das guerras de conquista do Maranhão.

Um aspecto em específico, chama a atenção na ordem dada para a execução deste *Livro*: o mesmo deveria ser organizado de forma a declarar quais as capitancias "*que são da coroa e as que são de donatários*". Tudo leva a crer que Filipe II desejava ter conhecimentos que lhe permitissem avaliar os erros e acertos do sistema de capitancias hereditárias adotado, desde a década de 1530, para a colonização do Brasil, pois já eram muitas as dúvidas e preocupações quanto à eficácia daquela política.

Se este "*Livro do Estado*", foi proposto com o objetivo principal de registrar informações econômicas, administrativas e militares que dessem subsídios para o poder metropolitano – em pleno período da união das Coroas Ibéricas - melhor governar o Brasil, hoje, o seu conteúdo permite, particularmente, fazer uma avaliação do processo de povoamento do território brasileiro, no início do século XVII. Para tanto, basta explorar os pareceres acrescentados por Diogo de Campos Moreno sobre a política de colonização e os registros que deixaram sobre as deficiências decorrentes do sistema das capitancias hereditárias - em questões primordiais como a justiça, a defesa e a ocupação do território - marcando as diferenças existentes entre o desenvolvimento das capitancias de donatários e as de "Sua Majestade".

³ *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Centro de História e Documentação Diplomática / Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2001. p. 128-129.

⁴ Estudo cartográfico de Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota – sem paginação - que acompanha a edição do Livro utilizada neste artigo: *REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616)*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

O seu conteúdo justifica a importância desta obra para o estudo do povoamento do Brasil, entre os séculos XVI e XVII, matéria sobre a qual os investigadores se deparam com a barreira da falta de informações. Para aqueles que se aventuram neste campo de trabalho, são de grande valia estes registros de época, pois retratam, sob diversos aspectos, a vida nos princípios da formação da colônia brasileira.⁵ A estes títulos, somam-se outros, contribuindo, particularmente, no que se refere ao conhecimento da cartografia do Brasil do mesmo período.⁶

Todas estas obras são constantemente referidas pelos investigadores debruçados sobre a história das vilas e cidades brasileiras daquele tempo; no entanto, as mesmas têm sido utilizadas, em geral, tão somente, como pequenos fragmentos para ilustrar e subsidiar determinadas idéias. Foram poucos os estudos que se detiveram na análise específica de uma dessas obras, apesar da importância das mesmas para a matéria. Diante disso, o presente artigo objetiva avaliar a contribuição que o livro que dá "*Rezão do Estado do Brasil*" oferece para o estudo do processo de povoamento do Brasil dos séculos XVI e XVII.

Este artigo divide-se em duas partes: na primeira, situa-se historicamente o início do povoamento do Brasil, desde a introdução do sistema de capitânias hereditárias e do governo geral, até a época da execução deste "Livro do Estado", expondo uma panorâmica sobre como se encontrava, então, a ocupação do território brasileiro. Em seguida, explora-se as informações e pareceres fornecidos por Diogo de Campos Moreno observando, particularmente, as questões relativas às diferenças existentes entre as capitânias de donatários e aquelas administradas por "Sua Majestade".

⁵ CARDIM, Fernão - *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade e São Paulo, 1980; GANDAVO, Pero de Magalhães - *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; SALVADOR, Frei Vicente do - História do Brasil. In. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1888; SOUSA, Gabriel Soares de - *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2000; JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria - *Orbe Serafico Novo Brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1761; BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1997; LEITE, Serafim - *História da companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I-X. Lisboa/ Porto: Tip. Porto Médico. 1938.

⁶ DESCRIÇÃO de todo o maritimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. Lisboa: I.A.N./T.T.; ANA, 2000; *ROTEIRO de todos os sinaes, conbecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Tagol, 1988.

COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO DO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII

Entre 1500 e 1530, Portugal, praticamente, não atuou na colonização da recém descoberta Ilha de Vera Cruz, mais tarde denominada Brasil, pois naquela época seus investimentos estavam direcionados para a exploração de outras conquistas. As ações, a princípio, restringiam-se às "*expedições de reconhecimento e policiamento da costa*"⁷ ordenadas para impedir o acesso de navios de outras nações à sua maior riqueza: o pau brasil.

A partir, porém, da década de 1530, diante de um progressivo conhecimento das potencialidades econômicas e das grandes dimensões do território brasileiro, Portugal foi apercebendo-se da necessidade de ter uma atuação mais direta sobre aquelas terras. Neste período, o governo metropolitano considerou que a criação de núcleos populacionais ao longo da costa brasileira constituiria a forma mais adequada de colonização para aquela realidade específica, principalmente, visando conter o avanço de franceses e espanhóis sobre seus domínios.⁸ Diante disso, Dom João III resolveu recorrer ao sistema de capitânicas hereditárias - já aplicado com resultados nos Açores e na Madeira - que "*consistia na divisão do território em lotes, cuja governança era entregue a capitães donatários, que gozavam de importantes privilégios e proveitos, intregando-se neles o exercício de parte dos atributos do poder real*".⁹ A condição fundamental para o Rei doar uma capitania, era a obrigatoriedade do beneficiado arcar com a totalidade do financiamento da empresa colonizadora, iniciando pela construção de navios e o recrutamento da gente necessária para a concretização do empreendimento.

As primeiras cartas de doação estão datadas do ano de 1534, e o seu conteúdo reforça os objetivos que estavam sendo definidos para a colonização do Brasil. Dizia o Rei: "*(...) comsyderando Eu quamto seruyço de Deus e meu proveyto e bem de meus Reynos e senhoryos e dos naturaes e*

⁷ TAPAJÓS, Vicente - A união das coroas ibéricas: factor relevante na formação territorial do Brasil. In. *IV Congresso das Academias da História Ibero-Americanas*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1996. p. 418.

⁸ Sobre a realidade específica do Brasil vale ressaltar alguns aspectos: as dificuldades para sua colonização frente à distância a que se encontrava da metrópole; o estado rudimentar de desenvolvimento dos nativos, não propiciando experiências de intercâmbios comerciais como havia sido adotado, por exemplo, no oriente; a ausência de metais e outras riquezas minerais, reduzindo o comércio apenas ao pau brasil; a constante ameaça do gentio frente à presença dos portugueses.

⁹ TAPAJÓS, Vicente - Ob. cit. p. 420.

*suditos delles he ser a minba costa e terra do Brazill mayz povoada do que até gora foy asy pera se nella aver de selebrar o culto e officios divynos e se enxalçar a nosa samta fee catolyqua com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras como pello muyto proveyto que se seguyra a meus Reinos e senboryos e aos naturais e suditos deles de se a dita terra povoar e aproveytar ouve por bem de a mandar repartyr e ordenar em capitancias de certas em certas legoas pera dellas prover aquelas pessoas que me bem parecessem (...)*¹⁰

Pelo visto, era foco de atenção a disseminação da fé católica, o povoamento e aproveitamento da terra, que vai acabar por confirmar sua predominância para a cultura agrícola. Nas cartas de doação das capitancias constava, também, que aos donatários cabia integralmente a obrigação sobre a ocupação do território, determinando o Rei que o "*posam por sy fazer villas todas e quaesquer povoações que se na dita terra fezerem e lhes a eles parecer que o devem ser as quaes se chamaram villas*".¹¹ Isto indicava que a Coroa portuguesa mantinha firme a idéia de que "a criação de vilas incentivaria a fixação de uma população mais estável, mais produtiva e mais leal" constituindo um suporte da colonização.¹²

Esta obrigação frente ao povoamento, já era um fato incorporado às medidas que os donatários adotavam antes de partirem para tomar posse de suas capitancias, pois embarcavam com pessoas, munições, mantimentos e o indispensável para iniciar a vida em uma terra que, de imediato, nada lhes podia oferecer e onde, a implantação de um núcleo de povoamento, logicamente, constava entre as primeiras ações. Na Bahia, por exemplo, num sítio, depois denominado de Vila Velha, Francisco Pereira Coutinho logo fez uma povoação e fortaleza sobre o mar e os moradores iniciaram suas roças e lavouras.¹³

Povoar, defender, tornar a terra produtiva, fechava o ciclo de parte das obrigações pertinentes aos donatários e das metas estabelecidas para a colonização do Brasil, considerando-se que, em geral, a partir desses povoados é que se estendia a vertente religiosa com a ação da Igreja para

¹⁰ I.A.N./T.T. Doação da Capitania de Pernambuco – Chancelaria de D. João III, Livro 7, fl. 83-85. In: CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (org.) - *Doações e Forais das Capitancias do Brasil. 1534-1536*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999. p. 11. Grifo nosso.

¹¹ Idem-ibidem. p. 13.

¹² RUSSELL-WOOD, A. J. R. - *Um Mundo em Movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998. p. 278.

¹³ SOUSA, Gabriel Soares de – Ob. cit. p. 40-41.

a catequese do gentio, sempre sujeita a maior ou menor aceitação das tribos em relação à presença portuguesa.

Ao aproximar-se a metade do século XVI, a Coroa portuguesa já podia, então, constatar os resultados obtidos com a adoção do sistema das capitânicas hereditárias, representando um significativo avanço na ocupação do território, com a existência de núcleos de povoamento e áreas produtivas espalhadas desde Itamaracá até São Vicente. Mesmo assim, não se visualizava um saldo tão positivo, porque somente Pernambuco e São Vicente apresentavam um certo progresso na economia.

Dos quinze lotes em que se dividiu o Brasil, àquela época, nem todos chegaram a ser povoados. Nos do Ceará, Rio de Janeiro e Santana, seus respectivos donatários não tomaram quaisquer medidas para a efetiva ocupação. Em outros, as tentativas para iniciar a povoação redundaram em fracasso, a exemplo das capitânicas situadas entre o Maranhão e a Paraíba. Por sua vez, a resistência do gentio gerou o despovoamento e abandono das capitânicas da Bahia e São Tomé, enquanto que em Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Santo Amaro, somente após grandes conflitos, o processo de colonização conseguiu obter alguns resultados, quer na construção de engenhos, quer na fundação de vilas.

596

Além disso, diante do excesso de autoridade repassada para os donatários, faltava à Coroa portuguesa um controle sobre a ação dos mesmos. Também, constatava-se a inexistência ou ineficiência dos meios necessários para garantir a defesa da colônia, enquanto crescia o assédio das outras nações em busca do pau brasil e serem elas atraídas pela confirmação do potencial econômico da produção açucareira.

A necessidade de uma participação mais direta sobre a administração do Brasil, oportunizou, em 1548, a instituição do Governo Geral, com uma estrutura governativa subordinada ao poder central na metrópole, embora não fosse extinto o sistema das capitânicas hereditárias. Através do Regimento passado para o primeiro governador, Tomé de Sousa, esclarecia o Rei de Portugal que, com aquela medida tinha por objetivo "*conservar e nobrecer as capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que milhor e mais seguramente se posão ir povoamdo para exaltamento da nosa Samta fee e proveito de meus Reinos e senhorios e dos naturais deles*".¹⁴ Continha, portanto, as mesmas diretrizes prescritas nas

¹⁴ REGIMENTO que levou Tomé de Sousa, 1º Governador Geral do Brasil. In. *IV Congresso de História Nacional. Anais*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 45. Grifo nosso.

cartas de doação das capitanias hereditárias: afirmação da religião, ocupação e exploração econômica da terra. Acrescentava, porém, a idéia de maior controle sobre a administração e defesa do Brasil, quando confirmava ser necessário estabelecer uma ordem para mais seguramente preservar aquelas capitanias e povoações.

Referir-se a uma intervenção mais direta de Portugal sobre a colonização brasileira é, em parte, afirmar uma estratégia inversa àquela que havia sido adotada com o sistema de capitanias hereditárias, por haver depositado às mãos dos donatários, os direitos e deveres para com a colonização de parcelas do território. E, ao mesmo tempo em que a Metrópole decidiu ser necessária a sua presença efetiva no Brasil, sobreveio o processo de retomada de muitos desses territórios, para o domínio e administração exclusiva do poder português. Propiciou, então, o surgimento das capitanias régias, que principiou com o estabelecimento, na Bahia, da sede do Governo Geral.

Quando se tomou tal decisão, esta capitania se encontrava abandonada. Ao ocupá-la, seu donatário, Francisco Pereira Coutinho, procurou fundar uma povoação e iniciar a cultura agrícola. No entanto, devido aos incessantes ataques dos Tupinambás, acabou por se retirar para Ilhéus, com o pouco do seu pessoal que lhe restara. Ainda regressaram à Bahia, mediante a promessa de trégua do mesmo gentio; mas, entre os que sobreviveram a um naufrágio ocorrido nos baixios da ilha de Itaparica, quase todos encontraram a morte nas mãos dos índios. Esse malogro permitiu à Coroa portuguesa resgatar a Bahia para seu domínio, transformá-la em capitania real e nela instalar a sede do governo geral do Brasil, vindo a ser a cidade de São Salvador. Assim, salvaguardou aquela região que encontrava-se desocupada, sendo um ponto frágil da costa, onde os índios haviam vencido os portugueses. Em termos geográficos, a Bahia possuía uma posição central, em relação ao litoral a ser inspecionado e socorrido pelo governo geral.

Por representar o Rio de Janeiro, um outro ponto vulnerável do território, pois havia o antigo donatário perdido o domínio sobre esta área, a Coroa portuguesa lançou-se à tarefa de retomar o poder sobre aquela capitania, reincorporando-a, também, ao patrimônio régio. Em 1555, os franceses haviam chegado à baía da Guanabara para estabelecer a França Antártica, onde edificaram o forte Coligny, na ilha de Villegagnon. Somente em 1560, Mem de Sá comandou uma operação militar, resultando na demolição daquele forte e, em 1565, Estácio de Sá fundou a cidade

de São Sebastião do Rio de Janeiro, numa faixa de terra situada junto à Praia Vermelha. Por ainda se constatar a presença francesa na Guanabara, enviou-se nova esquadra, em 1566, para proceder às operações militares e obter a conquista definitiva da região. Consolidada a vitória portuguesa, o governador geral ordenou ser a cidade transferida da Praia Vermelha para o alto do morro de São Januário – morro do Castelo – de onde melhor se dominava a vista da baía e do continente.

Portanto, decorridas algumas décadas, desde a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, com a re-ocupação da Bahia e do Rio de Janeiro, desencadeava-se o processo de incorporação de territórios de antigos donatários, para a administração direta do governo português. Enquanto isto, toda a região situada acima da capitania de Itamaracá, até o limite setentrional do Brasil, demarcado pela linha de Tordesilhas, continuava despovoada e sob a exploração comercial de franceses.

Face ao insucesso das tentativas empreendidas pelos donatários para colonização de algumas das capitanias daquela região, a partir do final do século XVI, veio a intervenção sobre as mesmas, sob o comando do poder metropolitano, dando prosseguimento, assim, ao estabelecimento de outras capitanias reais. Em grande parte, a reconquista dessa região ocorrerá ao tempo da união das Coroas Ibéricas e se concretizará com a aprovação da Monarquia Dual, que, perante as ameaças estrangeiras e a impossibilidade de ocupá-la com colonos espanhóis, decidiu apoiar a expansão portuguesa, em direção ao Maranhão e ao Pará, contribuindo de forma decisiva para o alargamento territorial do Brasil.¹⁵

O principal baluarte da conquista de toda aquela região vai ser Pernambuco, que se encontrava bem consolidado e economicamente prosperava, com a indústria açucareira. A vizinha capitania de Itamaracá havia permanecido sem lograr maior prosperidade, embora tivesse "*muittas e boas terras pera se povoarem e fazerem nellas fazendas*".¹⁶ Estes dois núcleos de ocupação permaneciam ilhados, contando ao sul e à grande distância, apenas com um pequeno apoio vindo da Bahia e fazendo fronteira ao norte com uma extensa região habitada por tribos indígenas que, entre si, mantinham acirrados conflitos. Por isso tornava-se vulnerável à

¹⁵ ALMEIDA, André Ferrand de - *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 25.

¹⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães - Ob. cit. p. 25.

exploração comercial dos franceses, pois era conhecida a riqueza daquela porção do litoral, até a altura do Rio Paraíba, coberta por vastas matas de pau brasil. Os bons surgidouros, barras e portos que pontuavam aquela costa, era um outro fator para tornar a região bastante atrativa aos navegantes de outras nações e propícia ao desembarque de infantarias, colocando-a como ponto de especial atenção para a defesa militar.¹⁷

O somatório de todos estes fatores precipitava a necessidade de reconquistar aquela região, começando pela Paraíba, que constituía uma "porta de acesso" às demais capitanias da costa setentrional do Brasil. Para tanto, a partir de 1579, vão decorrer muitas batalhas contra os franceses e os índios Potiguaras que a ocupavam, até ser efetivado o domínio português, somente ocorrido em 1585, com a criação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Os investimentos feitos para a conquista da Paraíba envolveram recursos humanos e financeiros, capitães e armadas, numa proporção nunca vista "*nas demais conquistas que se fizeram por todo este Estado*" do Brasil.¹⁸

Fundar a capitania da Paraíba representava o estabelecimento de um primeiro ponto estratégico para a continuidade de um processo em estágio inicial. Fazia-se necessário avançar em direção ao Rio Grande, e Cartas régias datadas de 1596 e 1597, incumbiam o governador geral do Brasil – D. Francisco de Sousa – que desse todo apoio para se organizar uma expedição para aquela conquista, eliminando, assim, a indesejável presença dos franceses, e recomendando ainda, o dever de ali implantar uma povoação e uma fortaleza para sua defesa.¹⁹ Chegando à barra do Rio Grande em dezembro de 1597, os portugueses estabeleceram-se, criando as condições necessárias para iniciar a construção do forte dos Reis Magos. Somente após um acordo de paz firmado com as tribos indígenas da região, em 1599, foi possível consolidar a ocupação daquela capitania e "*se começou logo a fazer huma povoação no Rio Grande huma legoa do forte, a que chamão a Cidade dos Reys, (sic) a qual governa tambem o Capitão do forte, que El Rey costuma mandar cada tres annos*".²⁰ Assim, em 25 de Dezembro de 1599, estava fundada a cidade, cognominando-a de Natal. Fortificações e cidades pareciam constituir elementos complementares que sustentavam a meta do povoamento e defesa daquela região.

¹⁷ DESCRIÇÃO de todo o marítimo ... Ob. cit. fl 60 a 66.

¹⁸ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Ob. cit. p. 26.

¹⁹ SALVADOR, Frei Vicente do - Ob. cit. p. 152.

²⁰ Idem-ibidem. p. 158.

No início do século XVII, principiou o avanço em direção ao Maranhão. Quando em 1608, a Metrópole dividiu o Brasil em dois governos, Diogo de Menezes, administrando a parte do norte, foi encarregado de explorar a região até o rio Amazonas. Reunificado o Brasil, em 1613, o governador geral, Gaspar de Sousa, também recebeu recomendação especial para conquistar as terras do Maranhão, onde somente em 1615, os portugueses vão conseguir dominar os franceses fixados no forte de "Saint Louis". Neste meio tempo, foi necessário vencer as agruras do território do Ceará, onde o clima era árido, os nativos agressivos e as correntes marítimas pouco favoráveis, mas constituía uma posição estratégica para apoiar as operações, com o objetivo de ocupar as áreas que ficavam mais ao norte. Sempre sob o olhar vigilante do poder metropolitano, ou sob sua ação direta, as ações foram se sucedendo, a partir de 1603, quando se registra um primeiro avanço sobre aquela região, até que, em 1612, teve início a construção de um forte na barra do rio Ceará.²¹

Continuaram as campanhas militares, visando alcançar e conquistar o Maranhão. Naquele momento, todas as fortificações e povoações, anteriormente estabelecidas na região, constituíam os pontos de apoio essenciais, oferecendo possibilidades para vencer aquele extenso território que mediava entre o antigo limite da ocupação luso-brasileira – a capitania de Itamaracá – e o extremo norte do Brasil. Após confrontos decorridos entre os anos de 1613 e 1615, os franceses, finalmente, reconheciam a derrota e retiravam-se do forte e da cidade de São Luís, por eles fundados. Conquistado o Maranhão – tendo Diogo de Campos Moreno um papel de destaque nesta história – os portugueses prosseguiram o seu esforço de ocupação, estabelecendo na foz do rio Amazonas o forte do Presépio, que iria dar origem à cidade de Belém.

Ao findar este período de conquista que se estendeu entre o final do século XVI e princípios do século XVII, o mapa do Brasil podia ser assim descrito: "*Esta a Bahia em altura de 13 graos e meyo entre a linha e tropico Austral. He cabeça de todo o Estado do Brasil; e he este na compostura a modo de hu gigante grande. O braço esquerdo lhe vão formando as capi-*

²¹ Em carta emitida de Lisboa, a 9 de Outubro de 1612, recomendava o Rei, ao governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa, observar a manutenção da "estância" que havia no Ceará, por servir de apoio à conquista do Maranhão. Documento publicado em: *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa...* Ob. cit. p. 162.

tancias de Sergipe, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Seará, Maranhão, Gram Para. O braço direito lhe formão as capitánias dos Ilheos, Porto Seguro, Espirito Sancto, Rio de Janeiro, São Vicente".²²

O LIVRO QUE DÁ "REZÃO DO ESTADO DO BRASIL"

Entre as capitánias que constituíam o Brasil em princípios do século XVII, este "*Livro*" dá informações unicamente sobre aquelas situadas entre Porto Seguro e o Rio Grande, pois à época da sua execução, o território brasileiro estava dividido em dois governos e ficaram excluídas as capitánias do sul, entre São Vicente e o Espírito Santo, "*ponto por donde se dividiu este estado entre Dom Francisco de Sousa e Dom Diogo de Menezes*", a quem cabia administrar o norte, povoado somente até o Rio Grande, uma vez que não havia ocorrido ainda, o processo de conquista e ocupação da região mais setentrional do Brasil.

Cumprindo o que havia sido ordenado por D. Filipe II, Diogo de Campos Moreno introduziu cada uma dessas capitánias identificando, de imediato, aquelas que eram de donatários e as de "Sua Magestade". Sobre todas elas apresentou dados econômicos referentes às despesas feitas pela Fazenda Real para sustento dos serviços da Igreja – vigários, coadjutores, ordinários – dos oficiais da Fazenda – provedores, almoxarifes, escrivães – e da "gente de guerra", quando cabia à Coroa assumir a responsabilidade do pagamento deste contingente militar. Computou, também, os valores da "redizima do donatário" calculada com base no orçamento total da capitania que lhe pertencia, enquanto nas capitánias reais, constam os salários pagos "ao Capitão por Sua Magestade" a quem era entregue o governo das mesmas. Exceção era a Bahia, por ser a sede do poder metropolitano, possuía um corpo de funcionários mais alargado, além dos gastos com a Casa da Relação e pessoas ligadas ao Governo Geral do Brasil.

Sob o aspecto administrativo, observou que nas capitánias de donatários "*nunqua se encontra pessoa respeitavel no governo o que não succede*

²² Biblioteca Nacional de Lisboa / Reservados – Cód. 475 - 1 vol. fl. 15v. Geographia historica do Brasil, Africa, Asia, Portugal, etc. s.d. [Letra do século XVIII]. Observa-se que Sergipe foi território desmembrado da Bahia, tendo sido conquistado e povoado pelos moradores dela, por ser terra muito fértil e de grandes várzeas propícias ao cultivo, construção de engenhos e fazendas de gado. Estando em crescimento a fez capitania o governador geral do Brasil D. Francisco de Sousa (1591-1602), instituindo-lhe capitão-mor e demais oficiais.

donde servem capitães do dito Senhor, que sem duvida fazem muito no aumento dos lugares, pella esperança de serem reputados dignos de maiores cargos". Ainda que o empenho dos capitães nomeados pela Coroa portuguesa fosse fruto de um jogo de interesses, os resultados obtidos levaram Diogo Moreno a afirmar que, no Brasil, as capitanias não fossem "*de Sua Magestade crescerão de vagar e durarão mui pouco*".²³

Demonstrando o resultado das diferenças administrativas sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, disse: "*gozarão de mais aumento aquellas [capitanias] que o Braço Real tomou mais a sua conta, quando (no povoar e conquistar) faltarão seus donatarios. Neste caso fazem exemplo, a Bahia de todos os Santos, o Rio de Janeiro, Parahiba, o Rio Grande, todas oje de Sua Magestade, nas quaes pello serem cada dia se aumentão povoações e cresem fazendas. Paranambuquo e Tamaraqua podem entrar nesta conta, por quanto as suas mayores necessidades acudio Sua Magestade com capitães, prezidios e fortificações, que ate oje sustenta de Sua Real fazenda*".²⁴

No entanto, outros fatores haviam contribuído, também, para marcar estas diferenças entre as capitanias e, como exemplo, refere-se aos casos de Ilhéus e Porto Seguro, empobrecidas devido às guerras com os índios Aimorés. Mas, perante a "*bondade das terras*" Ilhéus contava ainda, entre as melhores capitanias do Brasil, apesar de possuir apenas cinco engenhos de açúcar com pouco rendimento "*a respeito da falta de escravos ou de índios que ajudem a estes moradores*".²⁵ Em Porto Seguro, a situação era mais crítica, pois estava praticamente despovoada, com a maior parte das casas "*postas por terra*", e as igrejas tão "*daneficadas e tam pobres de ornamentos e retabolos que os chegão a fazer de papel pella falta da fabrica e pellas poucas esmollas da terra*".²⁶

Em contrapartida, ao descrever a capitania da Bahia, Diogo Moreno deixou transparecer a idéia de riqueza e pujança que povoava o imaginário sobre o Brasil naquela época. Disse: "*he este Reconcavo o mais povoado sitio de toda a costa e nelle per suas fazendas vive a gente nobre e pasção de tres mil os moradores brancos os quaes alem da lavoura do asuquar se valem de algodão, gengivre, arros e milbo, madeiras, e outras cou-*

²³ REZÃO do Estado do Brasil... Ob. cit. fl. 2.

²⁴ Idem-ibidem. fl. 2.

²⁵ Idem-ibidem. fl. 36 e 36v.

²⁶ Idem-ibidem. fl. 11v e 12v.

sas suposto que disto, e de criações não trato quanto a bondade da terra offerece, porque a labrança das canas leva todo trabalho".²⁷ Entre as capitanias de donatários, Pernambuco era a única que se igualava à Bahia em desenvolvimento, "*sendo a mais povoada de toda esta costa por quanto em seu districto moem asuquar noventa engenbos*".²⁸

A Paraíba, embora fosse de colonização recente, quando da execução deste Livro, prometia prosperidade, pois "*nesta capitania com grande rendimento fazem asuquar doze engenbos, e se fabricação outros*", e tendo "*huma governança de sustancia*" iria em aumento a cidade Filipéia, de modo a se tornar "*outra coluna da banda do norte como Pernambuco na qual ficara bem por ser de Sua Magestade*".²⁹

Se o grau de desenvolvimento econômico das capitanias estava associado aos fatores administrativos ou às dificuldades encontradas para a colonização, também contavam para isso os investimentos feitos para a defesa das mesmas, uma vez que havendo segurança, havia espaço para prosperar. E, no que se refere à defesa, eram gritantes as diferenças, pois enquanto nas capitanias de Sua Majestade havia a "*gente de guerra*" paga com recursos da Fazenda Real – o que também se estendia a Pernambuco – este quadro de militares era inexistente naquelas de donatários.

Nestas, o sistema defensivo era extremamente precário, sendo observado por Diogo de Campos Moreno que, para guardar a barra do rio Serinhaem, onde se situava a povoação de Porto Seguro, "*se desenhou hum forte de taipa de pilão que não chegou a acabarse sendo importante para a defença daquelles moradores contra os indios da terra, e cosairos do mar*". Ilhéus era protegida apenas por um "*mui pequeno reduto de pedra e cal sem sustancia*" localizado à entrada da barra "*ao pee das casas da povoação*", e por uma trincheira "*para a banda de Tambepe*" com quatro falcões "*de pouco serviço*".³⁰ Itamaracá, estava "*pobre de artelharria e munições de guerra*", e também não tinha soldados "*por que não ha mister*", já que devido à proximidade em que se encontrava de Olinda, "*a mesma diligencia*" que se fizesse para socorro daquela vila, protegeria, igualmente, esta capitania.³¹

²⁷ Idem-ibidem. fl. 51.

²⁸ Idem-ibidem. fl. 80.

²⁹ Idem-ibidem. fl. 96, 96v e 104.

³⁰ Idem-ibidem. fl. 11v e 37.

³¹ Idem-ibidem. fl. 96v. Itamaracá não tinha meios de garantir sua própria defesa, apontando uma descrição de época, que ali "não tem fortaleza, nem sitio pera ella" estando guarnecida apenas por um reduto com "tres peças pequenas de ferro coado, e hum bombardeiro mas tudo desprovido". Biblioteca da Ajuda – 51-IX-25 - fl. 134. Relação das capitanias do Brasil. (s.d. Séc. XVII).

Em Pernambuco, o governo trabalhou para a formação de um sistema defensivo, certamente, visando assegurar os lucros obtidos para a Fazenda Real, com a exportação de açúcar, a partir do porto do Recife, que foi guardado por duas fortalezas, além de ter "prizidio ordinario" pago por Sua Majestade.³² Sobre estas fortalezas informou Diogo Moreno ter sido o "*forte novo da Lage*", obra do engenheiro "*Francisco de Farias*" (Frias?) segundo traçado de Tiburcio Espanochi, e executado a mandado do governador geral Diogo de Menezes. O "*forte velho*", havia sido fundado por Manoel Mascarenhas – capitão-mor de Pernambuco entre 1598 e 1603 – sendo custeado com dinheiro do povo, e foi obra "*de hum padre da companhia*" - Gaspar de Samperes.³³ (FIGURA 1)

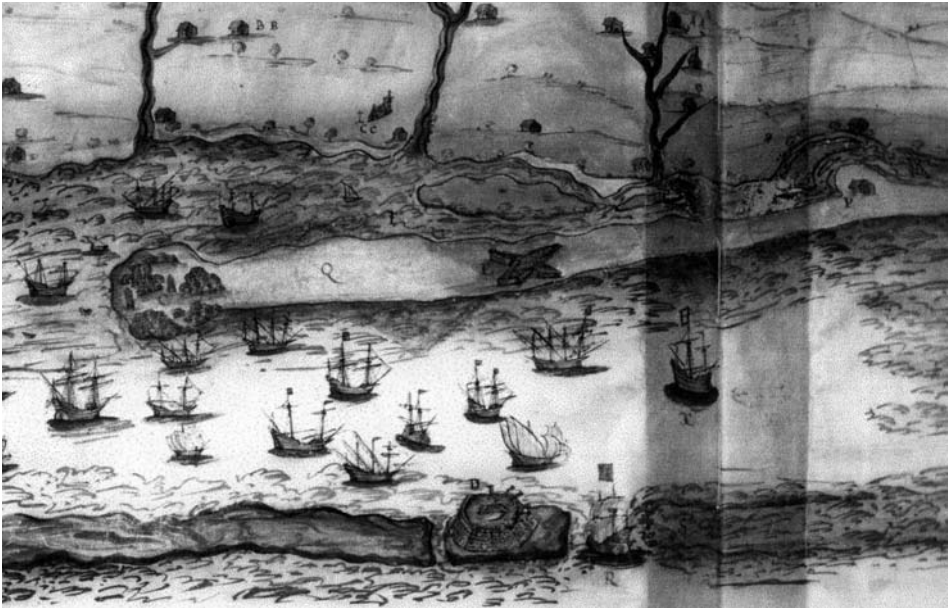


Fig. 1 - Perspectiva do porto do Recife, indicando com as letras "D" e "E", respectivamente, o Forte Velho e o Forte Novo Laje.

³² *REZÃO do Estado do Brasil...* Ob. cit. fl. 80v. Sobre a defesa da vila de Olinda, sede administrativa de Pernambuco observou: "que a Villa de Olinda, em nenhum tempo pode ter fortificação que asegure suas cousas por ser como se vee em asento alto, e barrancoso, as casas esparzidas, e as ruas de modo desemealhadas que cada huma per sim faz hum bairro, e as igrejas distantes, e desacompanhadas de modo que as trincheiras da praya que he a mayor fortificação em que estribão não he de nenhum efeito para casos repentinos de gente resoluta quanto mais para hum caso pensado no qual ainda os altos muros e largas cavas não asegirão totalmente hum povo bizonho".

³³ *Idem-ibidem*. fl. 81. Francisco de Frias de Mesquita assumiu o cargo de engenheiro-mor do Brasil, em 1603, e manteve-se ativo nesta colônia até cerca de 1640, diversificando sua participação em obras militares, religiosas e oficiais. O padre Gaspar de Samperes nasceu em Valência, em 1551, e foi mestre nas traças de engenharia na Espanha e Flandres antes de entrar para a Companhia de Jesus. No

Quanto à defesa das capitanias reais, a atenção era constante, prioritariamente, na Bahia - a sede do governo geral. Em Salvador, Sua Majestade ordenou a construção de uma "*cidadela*" para "*se assegurar o todo tanto da povoação como do reconcavo*", livrando a população da exclusiva obrigação de fazer a defesa "*com suas armas e a sua custa*", forma como se defendiam as capitanias de donatários, onde não havia recursos para a construção de fortificações e para manutenção de pessoal militar.³⁴

O forte do Cabedelo, na Paraíba, considerado a chave da defesa daquela capitania e da "*navegação daquelle porto*", devia ser mantido em boas condições. A princípio construído em taipa, depois, foi ordenado ser a sua "*fabrica*" em pedra e cal, devendo ser dotado de uma capela, a fim de que sua corporação pudesse ouvir missa, por não ser "*justo deixarem de a ouvir os soldados os dias de obriguacão ou por comprirem com a obriguacão da missa deixarem dezerta a fortaleza*".³⁵ Maior ainda, era a atenção para com o forte dos Reis Magos, no Rio Grande, devido à sua posição estratégica que, "*por natureza olba ambas as costas deste estado, assim a do norte a sul, como a de leste a este ate o Maranham donde se acaba nossa conquista pello qual respeito foi este porto o maes demandado, e maes defendido dos cosairos*".³⁶

Este *Livro* também fornece informações as quais permitem fundamentar a idéia da existência de uma relação direta entre o povoamento do território brasileiro e os objetivos almejados para sua colonização, ou seja, a ocupação, a defesa, o aproveitamento da terra e a disseminação da religião. Assim, ao descrever a capitania de Porto Seguro diz: "*No rio das Caravellas particularmente donde comessão os Abrolhos como se ve no ponto F na carta que se segue fol. 17 por sua disquirição e sitio forte e fertil se podem fazer grandes povoações e ja nesta parte se principiarão mostrando proveito tanto que se julgou ser este lugar mui a preposito para o fundamento da*

Brasil uma obra que marcou sua presença foi o Forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte. PEDREIRINHO, José Manuel - *Dicionário de Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto : Ed. Afrontamento, 1994. p. 166 e 212.

³⁴ *REZÃO do Estado do Brasil*... Ob. cit. fl. 51v.

³⁵ *Idem-ibidem*. fl. 104v.

³⁶ *Idem-ibidem*. fl. 111. Sobre a fortaleza cabe salientar que, quando Gaspar de Sousa assumiu o governo geral do Brasil, em 1613, encontrou-a "quasi nos primeiros fundamentos", e enviou o engenheiro-mor do Estado, Francisco de Frias de Mesquita, para "ver a ditto fortaleza, e pella ordem e traça que ally deixou se foi fazendo". Ao final do seu governo, em 1616, estava "quasi de todo acabada". Certidão da Câmara de Pernambuco, de 30 de Julho de 1616, sobre os serviços prestados no Brasil, pelo governador geral Gaspar de Sousa. Documento publicado em: *CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*... Ob. cit. p. 299-303.

*Capitania por sua fertilidade porem os Antigos fundarão nas mais importantes barras, e maiores portos tendo o sentido no comercio, navegação e grandeza dos navios por que sem comparação fazem diferença os de Santa Cruz e Porto Seguro a todos os outros que como vemos são barras de caravellas e de barquos.*³⁷ Portanto, os sítios priorizados para assentar os primeiros povoados eram aqueles que possuindo terras férteis estivessem próximos aos rios, possibilitando o acesso de navios de grande porte, dos quais dependia o comércio com o Reino. (FIGURA 2)

Em outros casos os povoadores descuravam do fator econômico, priorizando a questão defensiva. Itamaracá foi um exemplo, pois a vila foi colocada em uma ilha "em que os fundadores setuavão por se valer contra o gentio, e cosairos, e assi elegerão sitio mais conviniente a se defender que a se ampear", e apesar de ter em suas várzeas dez engenhos de açúcar e abundância de pau brasil, "nunqua a povoação creseo cousa consideravel nem passou de trinta vizinhos". Acrescente-se a isto o fato de Itamaracá ter

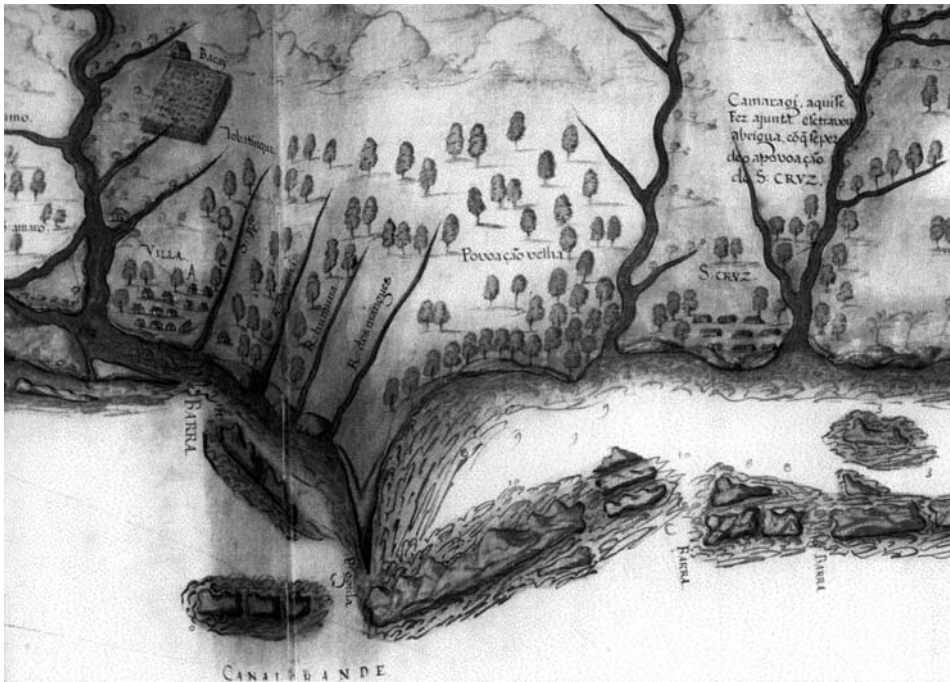


Fig. 2 - Parte do litoral da Capitania de Porto Seguro com seus núcleos de povoamento.

³⁷ REZÃO do Estado do Brasil... Ob. cit. fl. 11.

"*tanta vizinhança com Pernambuco*" que mais parecia "*aldeya do que villa ou jurdição a parte*" e sua produção açucareira ter sempre embarcado para o Reino através do porto do Recife, bloqueando, assim, o seu desenvolvimento.³⁸

Ainda mais curiosa foi a relação constatada entre a presença da Igreja e o povoamento do Brasil. Veja-se o caso: "*Este Rio das Caravellas se despovoou por falta de quem lhes dicesse missa por quanto o vigario de Porto Seguro pella pobreza da terra nem lhes podia administrar coadiutor nem por elles dezemparrar a villa [de Porto Seguro] ou darlhes licença que vivessem sem missa antes os obrigava que a viessem ouvir a villa pello que não avendo outro remedio a despovoarão. O governador Dom Diogo de Meneses o anno de 610 mandou que os moradores daquelle citio tornassem a suas casas e lhes deu hum coadiutor que faltava naquella vigairaria (...)*".³⁹ Portanto, a presença da Igreja era também um fator determinante na fixação de um povoamento e até mesmo de uma fortificação, como no citado caso do forte do Cabedelo, cuja manutenção dependia da construção de uma capela para que seus soldados cumprissem com a obrigação da missa.

Dentre as observações feitas por Diogo de Campos Moreno, as mais valiosas são aquelas que tratam dos conflitos de interesses surgidos frente o processo de povoamento do território brasileiro. Reportando-se ao litoral de Pernambuco, disse que "*os principaes portos desta banda sam os ditos em que he necessario aver povoações pois as terras tem comodo para sustentarem grandes lugares, mas oje como todos os homens fundão acaso, e não por ordem sempre as povoações ficão sendo mais ao particular que ao comum importantes, e he defeitto qual se deixa entender contra a defensão e comercio de toda a costa*".⁴⁰ Tecia, portanto, uma crítica ao predomínio dos interesses privados em detrimento do coletivo, e à falta de mando administrativo diante do povoamento, que se fazia ao "*acaso, e não por ordem*", implicando, por vezes, em prejuízos para o bem comum, para o desenvolvimento do Brasil, ou até mesmo para o enriquecimento da Fazenda Real.

Da mesma forma, na região norte da capitania de Ilhéus, onde moravam muitos homens ricos, eram comuns os conflitos, tanto na demarcação

³⁸ Idem-ibidem. fl. 96.

³⁹ Idem-ibidem. fl. 11 e 11v.

⁴⁰ Idem-ibidem. fl. 80.

das sesmarias quanto na seleção dos sítios a serem ocupados, "*deixando de se povoar o que mais importa*" ao bem comum, para satisfazer aos interesses privados dos homens de poder. Criticando, Diogo Moreno ressaltou: "*como estas duvidas acontesem em capitania de donatario donde ninguem trata do remedio geral, não ha governador que possa entenderse que tudo encontrão doações*". Ou seja, diante do poder de mando de cada senhor sobre as suas sesmarias eram os interesses destes que prevaleciam, e não havendo a figura de um governante que legislasse em função do "*remédio geral*", se tornava impossível o povoamento de pontos importantes do território, servindo estes de abrigo para corsários, expondo ao perigo o povo e a terra.⁴¹

Ainda mais significativo foi o fato de Diogo Moreno detectar este mesmo tipo de conflito nas capitâneas reais. Sobre Sergipe del Rey observou: "*Tem ho Rio Sirigipe bua povoação de casas de taipa cobertas de palha pequena, a qual chamão a cidade de São Christovão primeiro foi fundada no ponto A que se ve na carta desta capitania a fl 52 depois a fundarão no ponto C e logo dahi a poucos annos a situarão no ponto D despovoando-se os demais, e com tudo ate oje não tem tomado asento por que cada hum dos moradores o anno que he da governança loguo trata de levar a cidade a porta do seu curral*".⁴² Embora tivesse o status de cidade, São Cristovão não passava de um pequeno aglomerado de casas, deslocado segundo a vontade e comodidade daqueles que assumiam o governo da capitania. (FIGURA 3)

Tratando ainda sobre Sergipe, apontou que o sistema de repartição da terra em grandes sesmarias podia constituir um obstáculo para a fixação de novas povoações, cuja população se deparava com restrições nas áreas disponíveis para o cultivo, as quais eram condicionadas pelas propriedades particulares. Sobre esta questão comentou: como as terras "*são dadas de sesmaria a homem poderoso que defende a posse não quer ninguem acudir as novas povoações por que não tem donde prantem nem fação fazendas que suas sejam por que lhas empedem os proprietarios das sesmarias os quaes não tem posse para fazerem as dittas povoações antes querem a terra sem gente para bem de seus currais o que he em prejuizo notavel da povoação deste Rio e do trato que nelle fazerse pretende*".⁴³

⁴¹ Idem-ibidem. fl. 36v. e 37.

⁴² Idem-ibidem. fl. 69.

⁴³ Idem-ibidem. fl. 75 a 76.

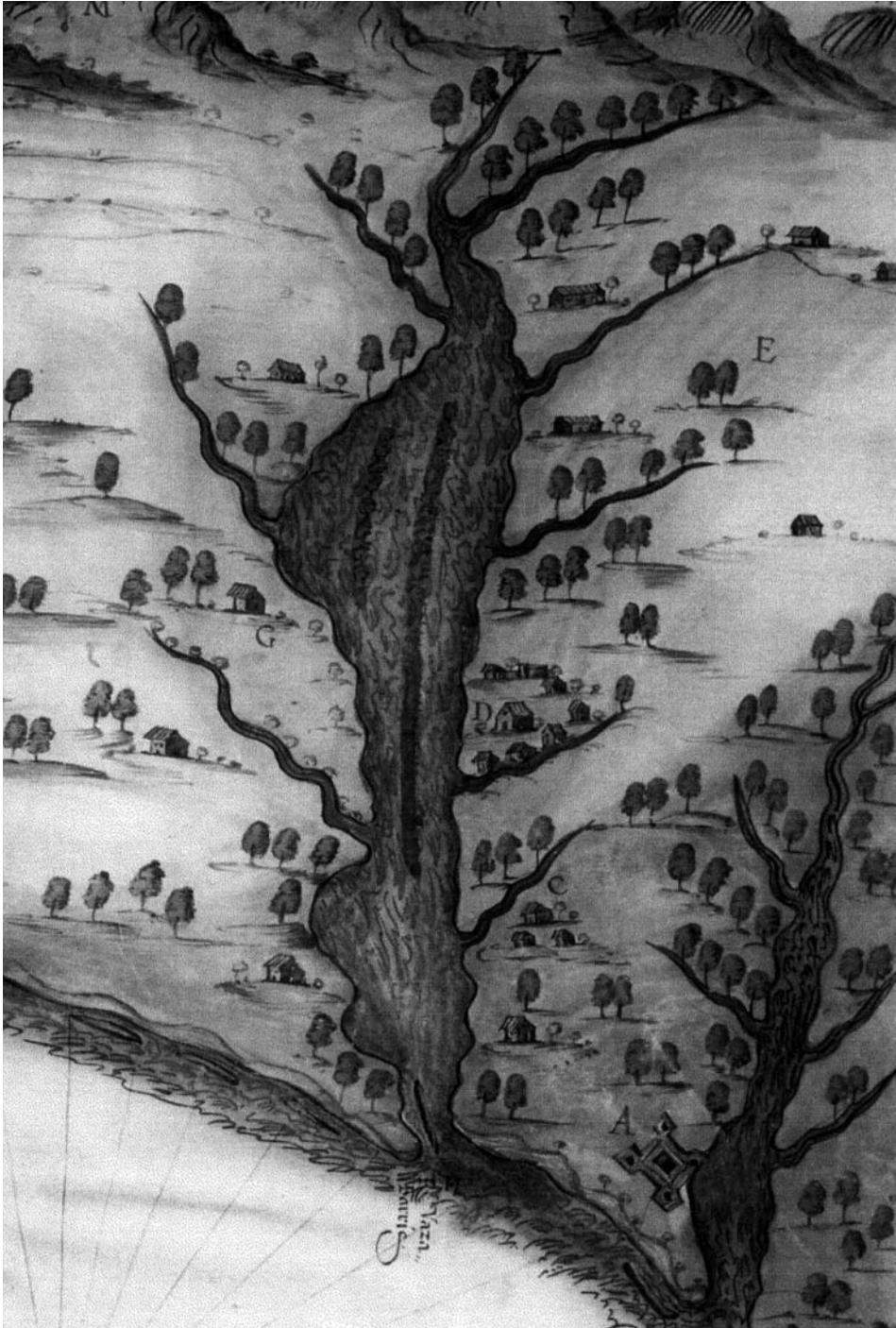


Fig. 3 - Capitania de Sergipe com indicação dos pontos “A”, “C” e “D” referidos no relato do seu povoamento.

Portanto, além de todos os demais fatores já referidos como determinantes na escolha dos sítios que eram povoados, contavam também os interesses de particulares, fossem estes os donatários das capitâneas, os proprietários de sesmarias ou até mesmo os capitães a serviço da Coroa portuguesa.

Além de apresentar sua análise sobre a realidade que havia observado no Brasil, Diogo Moreno ainda avançou com propostas para assegurar os interesses econômicos do poder Real, tendo algumas dessas medidas relação direta com a organização do povoamento e repartição do território. Como exemplo relatou que em Pernambuco, à meia légua da vila de Olinda, estava o Recife, "*hua povoação de mais de oitenta vezinhos*", onde ficava o porto de embarque de todo o açúcar poduzido na capitania. Portanto, era mais conveniente para a Coroa que ali estivessem situadas "*as Alfandegas de Sua Magestade, e todos os officiaes de sua fazenda*", evitando-se os furtos que ocorriam no transporte de mercadorias entre aquele porto e a alfândega situada em Olinda. No entanto, acusava que "*os officiaes da Camara da Villa de Olinda com todo seu poder estorvão o crescimento deste Recife com siumes da dita villa donde tem suas casas, e temem que ficando lhe menos trato tenhão perda, e assim tem prohibido com penas graves que ninguem edifique na dita povoação nem nella consentem mais justiça que ho juiz de vintena*".⁴⁴ Este era o motivo pelo qual não se fazia a transferência da alfândega para o Recife, proposta defendida por Diogo Moreno.

Visando os interesses da Fazenda Real, propôs, também, a unificação das capitâneas da Paraíba e de Itamaracá, que considerava ser "*de Sua Magestade como oje vemos que esta de posse*". Estando juntas, ficaria "*huma governança de sustancia*", e com "*o trato de ambas feito no Cabedello porto mais capas, e mais forte, e mais conhecido*" cresceria a cidade Filipéia se transformando em "*hum dos maes particulares povos de toda a costa*", aumentando as importações, o número de "*moradores ricos*" e os recursos disponíveis para as fortificações.⁴⁵ Alegava ainda que esta união seria favorável à Fazenda Real, porque ao fazer o embarque do pau brasil atavés do porto da Paraíba se carregaria "*franco*" aquela produção que sendo comercializada nas capitâneas dos donatários obrigava "*lhes pagar a Redizima*".⁴⁶ (FIGURA 4)

⁴⁴ Idem-ibidem. fl 80v e 81.

⁴⁵ Idem-ibidem. fl. 96 e 96v.

⁴⁶ Idem-ibidem. fl 105 e 105v.



Fig. 4 - A Capitania da Paraíba, a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves e o Forte do Cabedelop.

Além de ter se mostrado um observador atento e crítico da realidade brasileira, e um defensor dos interesses da Coroa portuguesa, Diogo Moreno expôs sua opinião sobre o caminho a ser seguido para melhor governar o Brasil, assumindo ser partidário de um controle cada vez maior do poder central. E assim expressou sua posição: "*sendo as Capitánias ou provincias do estado do Brazil todas de Sua Magestade como por muitas vezes se lhe tem advertido ou pello menos tendo Capitaes do ditto Senhor como tem Pernambuco e Tamaraqua que são de donatarios, e avendo nas Aldeas todas de qualquer distrito Capitaes leigos, e Capellaes sogeitos ao ordinario na forma que esta mandado o Anno de seiscentos e des, e na costa e mares da carreira do ditto estado avendo galiois de Armada que assegurem as frotas e guardem a costa em mui breves dias sobirão as Rendas Reais a mais de hum milhão de ouro por quanto o Anno de seiscentos e dous se arrendou todo estado junto em cento e seis mil cruzados, e neste Anno de seiscentos e doze se arendou soo o guoverno de Dom Diogo de Meneses em cento e vinte e sinquo mil cruzados em que se prova o que importa a este augmento qualquer pequena ajuda, e pello contrario se ouver descuido em qualquer das cousas ditas cada dia irão a menos, por quanto o aumento natural do pouco que esta povoado tem subido a mais do que se esperava (...)*".⁴⁷

612

Não era de surpreender que o crescimento do Brasil estivesse além do esperado, pois seu potencial econômico já era preconizado por Pero Vaz de Caminha, quando noticiou ao Rei de Portugal o descobrimento dessas novas terras dizendo: "*querendo-as aproveitar, dar-se-à nela tudo*".⁴⁸ Cabia apenas à Coroa portuguesa bem administrar e defender sua colônia, pois ali teria sempre assegurado o aumento das "rendas reais". E sendo os resultados obtidos até então fruto do "pouco que estava povoado" do território brasileiro, constituía um estímulo investir na ampliação da área ocupada, melhor povoando-a e aproveitando-a, para colher cada vez mais os seus frutos. Era este o Brasil sobre o qual Diogo de Campos Moreno dava "Rezão".

⁴⁷ Idem-ibidem. fl. 10v.

⁴⁸ MENDONÇA, Manuela; VENTURA, Margarida Garcez (org.) - *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Ericeira: Mar de Letras, 1999. p. 74 -75.

ABSTRACT: The work entitled Rezão do Estado do Brasil emerged due to an order given by King Felipe II of Portugal that a Book containing economic, military and geographic information about Brazilian provinces should be organized. The book's authorship is attributed to Sergeant-major Diogo de Campos Moreno who wrote it between 1612 and 1613.

The Book was proposed with the objective of registering information which could help the metropolitan power – during the Iberian Crowns union – to better rule Brazil. However its author's positions on the colonization policy and the hereditary provinces system have turned the book into an important piece for the understanding of the Brazilian territory settling process in the beginning of the XVII century, reason why the presente article has the purpose of analyzing its contribution for the study of this matter.

